

GOUÇON



JORNAL DE BRASÍLIA

06 ABR 1968

Rotina intolerável

Na crise global em que vivemos inegavelmente o seu aspecto moral não é o menos importante. Em todos os níveis da nossa vida pública surgem fatos condenáveis, são apontados comportamentos não condizentes com o espírito da República. A situação chegou a tal ponto que os meios de comunicação passaram a usar de forma corrente eufemismos que são de utilização generalizada. Não se fala por exemplo em corrupção, em compra, utiliza-se a expressão fisiologismo.

Na verdade os abusos se tornaram tão frequentes que a sociedade tende a assistir de forma passiva atos que não deveriam ser tolerados. Grande parte de nosso universo político passou a considerar como normais comportamentos que são nitidamente aéticos. O grande público é levado à apatia e nem mesmo se escandaliza diante de notícias que em outras ocasiões, em outros tempos causariam pasmo e escândalo. Este é um sinal evidente de degeneração dos costumes políticos no Brasil em crise.

Geralmente quando se fala em comportamento escandaloso

se pensa basicamente em corrupção, em favorecimento de interesses privados em detrimento da defesa do Estado e do público em geral. Entretanto, existe outra forma de complacência igualmente condenável, igualmente nociva. É aquela que decorre do não cumprimento do dever. Ela é generalizada em vários organismos do Estado. Agora este comportamento instalou-se de maneira estável no mais alto poder da República, a Constituinte.

Denunciada várias vezes, a ausência dos constituintes se repete e parece ter entrado numa fase rotineira. Este comportamento é intolerável e deve ser exemplarmente punido. Não é concebível que cidadãos se apresentem diante dos eleitores, em geral com promessas mirabolantes, conquistem uma representação popular e se ausentem quase completamente do processo deliberativo.

A imoralidade deste comportamento é evidente. Alguns dos campeões de ausência tentam justificar, alegando possuir outras responsabilidades em empresas ou em outras funções

na sociedade. Neste caso o mínimo de honestidade os levaria a abandonar as funções constituintes. Seus suplentes seriam chamados a desempenhar o papel para o qual foram escolhidos pelo eleitorado. Mas não é isto que ocorre. Os ausentes se apegam ao título de constituintes e dele tiram o proveito em status e até pecuniariamente.

Em geral os constituintes que mais se recusam a exercer o trabalho para o qual a sociedade os paga são pessoas em condições no mínimo confortáveis. Neste ponto acumulam o comportamento civicamente indesejável com o abuso claro de receberem por um trabalho que não exercem. É obrigação da Constituinte pôr um fim neste tipo de situação. Ela não só dispõe dos instrumentos contidos em seu regimento como também da autoridade que lhe advém do voto popular. O que não é tolerável é a continuação desta situação. O conjunto da Constituinte se compromete à medida em que não pune aqueles que não sabem honrar os mandatos que receberam de seus eleitores.

Haroldo Hollanda

Sarney quer Ulysses como aliado

Na reunião que manteve ontem com os ministros de sua confiança política pessoal e com seus líderes no Congresso, o presidente Sarney revelou a intenção de constituir uma nova aliança política de apoio ao seu Governo. Não seria o restabelecimento da Aliança Democrática, que esta já morreu, segundo reconhecia ontem à tarde na Câmara o deputado José Lourenço, líder do PFL. Seria uma nova frente política governamental, que congregaria parcela majoritária do PMDB e mais outros partidos, como o PFL, PDS, PTB e PDC. Para a formação dessa maioria se tomariam por base o grupo de parlamentares, que, fiéis ao Palácio do Planalto, aprovou na Constituinte os cinco anos de mandato para Presidente da República e o regime presidencialista de Governo. No decorrer dos diversos encontros mantidos com suas lideranças, Sarney deixou transparecer que não abdica da colaboração e do apoio ao seu Governo do deputado Ulysses-Guimarães, que tem três homens de sua confiança política pessoal como ministros do governo.

No entanto, a posição de Ulysses, no momento presente, é das mais delicadas, uma vez que qualquer atitude política precipitada de sua parte pode fazer voar pelos ares o que ainda resta da precária unidade do PMDB. Como exemplo, basta lembrar que no dia de ontem mais de 60 parlamentares do PMDB já haviam subscrito documento de formação de um bloco independente em relação ao Governo. Os integrantes desse bloco vão aguardar a próxima convenção nacional do PMDB a ser convocada provavelmente para o mês de junho. Se nessa convenção o partido não se ajustar ao que classificam de seus princípios e compromissos históricos, ameaça abandoná-lo para constituir uma nova agremiação partidária. O grupo dos chamados independentes do PMDB é liderado pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, este, dentro do movimen-

to em atitude mais ostensiva do que aquele.

Ulysses vai tentar compatibilizar quase que o impossível: manter naturalmente intactos os seus vínculos atuais com o Governo, mas sem que isso implique em qualquer ato de desagrado ou de animosidade em relação ao bloco independente do PMDB. Se depender dele também protela o mais possível a convenção nacional do PMDB, que pode ser pretexto para o rompimento definitivo da unidade partidária. Mas à medida que Covas e Fernando Henrique dão andamento ao bloco independente, Ulysses se aproxima cada vez mais dos governadores do PMDB, especialmente do paulista Orestes Quêrcia, com quem voltou a amiudar seus contactos. Quêrcia se transformou em peça política decisiva dentro do PMDB, porque de sua capacidade depende também a acomodação no partido de duas de suas principais lideranças paulistas, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

Ouvir os governadores

Os parlamentares do PMDB gaúcho, identificados com as teses políticas defendidas dentro do partido pelo senador Mário Covas, não se sentem encorajados a tomar nenhuma decisão, sem ouvirem antes o governador Pedro Simon. Também advertem os políticos gaúchos que se tiverem de sair do PMDB, só poderão fazê-lo em bloco. Por essa razão os parlamentares do Rio Grande do Sul ponderam que não se deve assumir nenhum compromisso definitivo sobre retirada em bloco do PMDB, antes de conhecida a opinião dos vários governadores do partido, inclusive do gaúcho Pedro Simon.

O PDS e o Governo

Informava-se ontem no Congresso que o presidente Sarney deve convocar em breve ao Planalto, para conversas em torno da formação de uma nova aliança

política de apoio ao seu partido, os presidentes de diversas agremiações. O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, admite ser difícil o apoio do seu partido ao Governo, uma vez que uma parcela da bancada se rebelaria contra qualquer decisão nesse sentido. O senador Jarbas Passarinho acha mais fácil um compromisso por parte da maioria dos partidos de assegurar sua colaboração para que se complete com êxito a transição democrática, dentro da qual se insere a elaboração do texto constitucional a cargo da Constituinte. Os assuntos de natureza econômica ou ideológica ficariam de fora de um acordo político dessa natureza.

Lado positivo

Na bancada governista na Constituinte voltam a se registrar críticas às relutâncias e indecisões que estaria demonstrando o presidente Sarney na tomada de decisões no campo econômico. No entanto, respondendo a essas críticas, uma liderança política governamental lembrava que não será surpresa se, este ano, o Brasil apresentar um saldo de US\$ 15 bilhões em sua balança comercial. Só no mês de março o saldo da balança comercial deve ser superior a US\$ 1 bilhão.

Contra a prorrogação

As diversas lideranças partidárias na Câmara se reúnem hoje com a finalidade de identificar um texto comum de regulamentação das eleições municipais deste ano, a ser rapidamente aprovado pelo Congresso, e que sepulte de uma vez por todas a idéia da prorrogação. O deputado Ulysses Guimarães, por uma vez está acelerando os trabalhos da Constituinte, pois assim procedendo julga que inviabilizará a ação dos que trabalham pela prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores.